

# Economistas do PT advertem: sem medidas urgentes, novo choque será inevitável.

JORNAL DA TARDE

O 3 AGO 1991

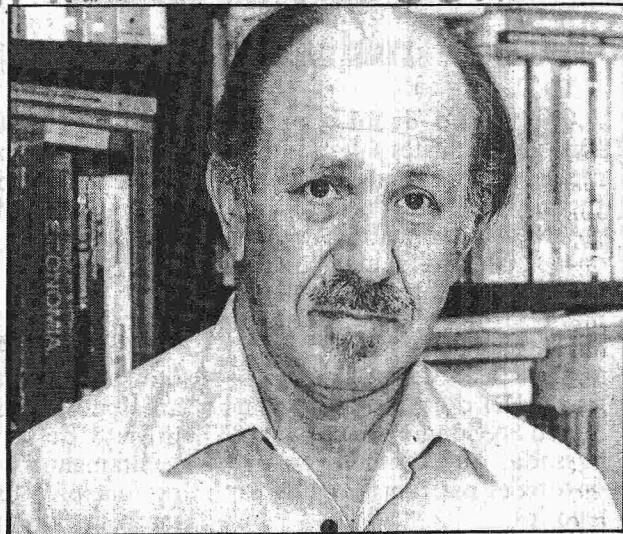
Lund - 07.10.88

Se não adotar medidas urgentes para a retomada do desenvolvimento e promover uma distribuição de renda mais justa, o governo acabará obrigado a decretar um novo congelamento até o final do ano. O alerta foi lançado pelos economistas ligados ao PT, entre eles o deputado federal Aloízio Mercadante (SP), o secretário municipal de Planejamento de São Paulo, Paul Singer, e o coordenador de economia do governo paralelo petista, Walter Barelli.

A advertência foi lançada em Belo Horizonte durante o Encontro Nacional de Economistas do PT, onde 50 participantes procuraram um diagnóstico para a crise econômica. De acordo com Paul Singer, o País vive uma "febre inflacionária" e as projeções apontam para índices mensais na casa de 20% até outubro ou novembro. Como seus colegas, ele teme que um novo choque provoque o caos. "Isto seria desesperador", afirmou.

Para evitar um novo congelamento, o professor Singer propõe que o Congresso defina normas gerais para preços, salários e tributos, mas reconhece que a superação da crise depende não

Singer  
receia que  
um novo  
choque leve  
ao caos  
econômico:  
"Seria  
desesperador".



só do governo, mas do envolvimento de toda a sociedade. Walter Barelli se preocupa com a falta de uma política para a inflação e os salários. "É preciso uma política alternativa antes que entremos num processo de hiperinflação", advertiu.

Aloízio Mercadante defende também a melhor distribuição da renda, a começar por uma política salarial mais justa — tarefa para o Congresso. O PT quer um indexador para os salários mais baixos, independente

da inflação, e coloca como ponto de partida para qualquer discussão a elevação do mínimo para Cr\$ 47 mil.

O diagnóstico da crise e as sugestões para superá-la estarão num documento que será apresentado amanhã pelo presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, no encerramento do encontro. O PT planeja debater o documento em São Paulo, entre os dias 14 e 16, com os principais empresários do País, políticos e centrais sindicais.